

# Percursos possíveis em Educação

FERNANDO EMÍDIO

O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente (AEMGP), constituído em abril de 2013, integra dez estabelecimentos de educação e ensino: dois jardins de infância, seis escolas básicas do 1.º ciclo (cinco das quais incluem educação pré-escolar), uma escola básica com 1.º, 2.º e 3.º ciclos e uma escola secundária com 3.º ciclo e ensino secundário (científico-humanístico e profissional). A diversidade de públicos que frequenta hoje a escola, conjugada com o aumento da escolaridade obrigatória para os 18 anos, implica que as escolas saibam encontrar no seu seio as estratégias que possibilitem a efetiva resolução dos problemas de saída precoce do sistema, insucesso e abandono escolares. Neste contexto, a diversidade de modalidades de formação apresenta-se como uma efetiva estratégia de certificação e qualificação da heterogeneidade de públicos jovens e de adultos que procuram no AEMGP respostas educativas adequadas ao seu perfil de aluno. Apostamos numa oferta educativa e formativa diversificada, valorizando os ciclos iniciais de escolaridade, onde acreditamos que *um bom começo vale por toda a vida* e o desenvolvimento de um percurso educativo, assente num projeto transversal único a todos os ciclos, possibilitará uma intervenção mais precoce e com maior proximidade aos alunos, num agrupamento onde a integração e a inclusão são preocupações permanentes de todos. Assim, além do ensino obrigatório, a oferta formativa do AEMGP inclui turmas de Educação e Formação de Adultos (EFA) no âmbito do Centro Qualifica que se encontra em funcionamento na escola sede, assim como Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), perfazendo um total de cerca de 2800 alunos e 250 docentes.

Desde dezembro de 2012 que o AEMGP se constituiu Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), beneficiando assim de um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), onde se encontram a tempo inteiro uma mediadora e uma técnica de serviço social. O contexto socioeconómico dos alunos e respetivas famílias é diverso, prevalecendo no entanto alguma carência, que se pode confirmar pelo número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar (ASE), que perfaz um total de 776.

Consideramos que foi a oportunidade criada pela adesão ao projeto TEIP que nos deu o impulso de mudança e nos

permitiu encontrar o sentido que hoje pretendemos delinear com o novo projeto. Assim, o AEMGP foi convidado a integrar o PPIP (Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica) juntamente com mais cinco agrupamentos de várias regiões do país, no ano letivo de 2016/2017. O PPIP foi criado através do Despacho n.º 3721/2017, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, em regime de experiência pedagógica, durante três anos escolares, orientados para a adoção de medidas que, promovendo a qualidade das aprendizagens, permitam uma efetiva eliminação do abandono e do insucesso escolar em todos os níveis de ensino. Após uma reflexão conjunta e alargada dos vários órgãos internos do agrupamento relativamente aos problemas que se nos apresentam, com os contributos do nosso perito externo no âmbito do TEIP e da comunidade educativa, foram elencados os principais obstáculos ao sucesso educativo dos nossos alunos. Relativamente à Escola Básica da Fonte Santa, onde se resolveu intervir ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, constatou-se o seguinte:

- funcionamento de duas turmas, no 1.º ciclo, com dois anos de escolaridade cada uma, nem sempre organizadas da forma mais funcional;
- este regime de organização tinha, portanto, implicações na «gestão da sala de aula» enquanto espaço de interações e de aprendizagens, por ser mais indutora de estratégias centradas no professor e menos na adoção de pedagogias ativas baseadas na colaboração, no trabalho por projetos ou em desafios integradores e promotores do desenvolvimento de competências;
- necessidade de reforço da articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, como um fator de minimização das dificuldades de transição entre níveis de educação e ensino e promoção do sucesso educativo;
- necessidade de um reforço da diversificação pedagógico-didática para fazer face à natural diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem;
- necessidade de criar uma identidade própria para a Escola Básica da Fonte Santa, capaz de responder à procura por parte dos pais e encarregados de educação, através de modelos de ensino e de aprendizagem onde as crianças e

os alunos têm voz ativa na programação das atividades e na respetiva avaliação;

- necessidade de educação para uma cidadania autónoma, crítica e participativa, assente na valorização das atitudes, valores, afetos, questões ecológicas e ambientais e que promova o desenvolvimento integral das crianças.

No que diz respeito ao 2.º ciclo, os principais problemas identificados foram:

- a passagem de um regime de monodocência no 1.º ciclo para um regime disciplinar no 2.º ciclo, com implicações nas aprendizagens dos alunos;
- este regime de organização é mais indutor de estratégias centradas no professor e menos na adoção de pedagogias ativas baseadas na colaboração, no trabalho por projetos ou em desafios integradores e promotores do desenvolvimento de competências;
- a partir deste ciclo de ensino, o foco do trabalho docente é normalmente centrado no ensino e na transmissão de conhecimentos, sem ter em conta muitas vezes o perfil de aprendizagens dos alunos e, conseqüentemente, a necessidade de diversificação pedagógico-didática para fazer face à sua natural diversidade;
- a *quebra* de uma vinculação forte com os professores por força da disciplinarização tem implicações nos alunos a nível da sua motivação ou disposição para aprender, sobretudo daqueles que se situam nos extremos: os que têm capacidade para desenvolver mais as suas competências e aqueles que, por força das suas fragilidades e dificuldades necessitam de outras (e mais adequadas) estratégias pedagógicas;
- finalmente, pensamos que a predominância de uma avaliação pontual, sustentada numa cultura de testes e em classificações quantitativas, sem um adequado *feedback* que permita aos alunos a oportunidade para melhorar as suas aprendizagens, tem-se revelado como outro obstáculo à promoção da qualidade das aprendizagens.

Tendo em conta este diagnóstico, foram priorizadas medidas de intervenção nos eixos organizacional e pedagógico. As medidas organizacionais passaram pela reorganização dos tempos e espaços de aprendizagem, de modo a constituir tempos de aprendizagem interdisciplinares, flexíveis e indutores de metodologias ativas; pela constituição de grupos de aprendizagem heterogéneos e autónomos; pela reorganização curricular de forma a permitir o desenvolvimento da articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo ao nível de projetos e atividades de âmbito curricular; pela criação da Oficina de Projetos (OP) para o 2.º e 3.º ciclos (5.º, 6.º e 7.º anos), baseada numa dinâmica interdisciplinar e que possibilite uma perspetiva

integradora, contextualizada e transversal dos currícula; pela introdução no horário dos alunos da OP no período da tarde, o que contribuiu para uma melhoria dos ambientes de aprendizagem; pela redução do número de docentes das equipas pedagógicas dos 2.º e 3.º ciclos; pelo funcionamento das OP em pares pedagógicos.

Esta reorganização está aliás dependente da visão pedagógica que pretendemos implementar e que se baseia no aprofundamento da inclusão, na introdução de metodologias ativas de aprendizagem, no *aprender a fazer* e, portanto, no desenvolvimento de competências nos alunos. Nesse sentido, tem sido fomentada uma cultura de maior participação e envolvimento dos alunos e dos pais na concretização de projetos cooperativos de aprendizagem, estruturados pelas equipas pedagógicas, alargados também à participação dos pais. O trabalho cooperativo em pequenos grupos e ainda o trabalho autónomo com acompanhamento individual constituem espaços de aprendizagem e consolidação de aprendizagens. A procura, por parte dos pais e encarregados de educação de alunos do 1.º ciclo, de modelos pedagógicos alternativos, colocando o foco no bem-estar das crianças, no desenvolvimento de capacidades ao nível da autorregulação da aprendizagem, do comportamento e das emoções é também um dos aspetos fulcrais do projeto, tanto mais que o AEMGP tem uma prática já implementada em todas as turmas do 1.º ciclo, que é o programa Mind Up (desenvolvimento de competências socioemocionais baseado em práticas de *mindfulness*). A inclusão de aprendizagens em contexto, potenciadas pela proximidade ao Pinhal de Leiria introduz também aspetos no âmbito de uma melhor cidadania e de uma educação ambiental reforçada, ancorada no ensino experimental das ciências e na valorização das tecnologias como ferramentas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

De entre a vasta gama de modalidades de avaliação formativa de alunos, este projeto adota a avaliação para as aprendizagens (*assessment for learning*) como dimensão estruturante. Esta opção implica centrar a avaliação no processo de aprendizagem dos alunos; assumir como objetivo a melhoria das aprendizagens; reconhecer a sua finalidade formadora (desenvolvimento de capacidades de autorreflexão e autorregulação da aprendizagem); estar integrada nas situações de aprendizagem e não em momentos pontuais que muitas vezes certificam saberes, mas não permitem a melhoria das aprendizagens a partir do *feedback*; ser baseada em diversos instrumentos e técnicas, de modo a poder avaliar diferentes competências em situações o mais reais possível. Os encarregados de educação (EE) são informados sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos seus educandos mensalmente através de uma apreciação escrita descritiva e qualitativa realizada pela equipa pedagógica e

pelo aluno (num processo que se pretende seja partilhado e de corresponsabilização dos pais e EE) e semestralmente, quando recebem uma avaliação sumativa. A avaliação das Oficinas de Projeto dos 2.º e 3.º ciclos tem impacto na avaliação de todas as outras disciplinas.

A participação nos dois projetos anteriormente referidos (TEIP e PPIP) levou a que o agrupamento fosse convidado a participar na implementação do projeto INCLUD-ED – *Escolas como Comunidades de Aprendizagem*. Este projeto, da autoria de investigadores da Universidade de Barcelona, baseia-se num conjunto de Ações Educativas de Sucesso para promover a transformação social e educacional. O modelo educativo está alinhado com teorias científicas internacionais que destacam dois fatores-chave para a aprendizagem na sociedade atual: interação e participação da comunidade. A nível teórico, este projeto baseia-se, entre outros, nos princípios da aprendizagem dialógica, na aprendizagem em contexto e na aprendizagem significativa. Pretende-se envolver todos aqueles que, direta ou indiretamente, têm influência na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos, incluindo todo o pessoal docente e não docente da escola, associações ou organizações locais, assim como familiares, amigos, vizinhos e voluntários. Esta é uma proposta de transformação da sociedade, em que as escolas e a comunidade educativa se unem para melhorar as condições de vida de todos. Os objetivos últimos deste projeto são superar o fracasso académico e fortalecer o sentido de comunidade e da verdadeira convivência.

São seis as Ações Educativas de Sucesso: Grupos Interativos; Tertúlias Literárias Dialógicas; Participação Educativa da Comunidade; Formação de Familiares; Formação Dialógica de Professores; Modelo Dialógico de Prevenção e Resolução de Conflitos. É na primeira que me vou focar a partir daqui, para tentar descrever a experiência na implementação desta estratégia no âmbito da matemática, no 1.º ciclo. Os Grupos Interativos são uma forma de organização da sala de aula, em grupos pequenos (4 a 5 alunos) e heterogéneos em termos de conhecimento, das competências, do género, da cultura, do idioma,... Há uma redistribuição dos recursos humanos disponíveis, uma vez que cada grupo tem um voluntário responsável, que pode ser um adulto da escola ou da comunidade. Estes voluntários têm como principal função dinamizar as relações entre os diversos alunos do grupo que se ajudam e aprendem, dialogicamente. A aula é dividida em vários períodos curtos, de 15 a 20 minutos, em que cada grupo deve resolver uma determinada tarefa. Essas tarefas são rotativas ao longo da sessão, de modo que cada grupo tenha passado por 4 tarefas, cada uma delas dinamizada por um adulto diferente. Trabalhar desta forma torna possível acelerar a aprendizagem e multiplicar interações com colegas

e com diferentes adultos. O papel do professor é organizar a turma em grupos, preparar as atividades, estabelecer critérios de avaliação, orientar os voluntários, apoiar as necessidades individuais dos alunos, controlar o tempo de cada atividade, supervisionar todos os grupos e fazer um balanço geral da aula.

No âmbito do PPIP, ao nível do 1.º ciclo, temos utilizado os grupos interativos na dinamização de atividades/tarefas de matemática, para consolidação de conhecimentos e competências. Estes grupos têm funcionado sobretudo com os alunos de 3.º e 4.º anos, por terem conteúdos programáticos idênticos na matemática, o que favorece a consolidação e revisão de conhecimentos por parte dos alunos de 4.º ano e o desenvolvimento pelos alunos do 3.º ano. Permite-lhes manter a atenção na tarefa, por ser de curta duração, e uma maior motivação e nível de participação, pela reduzida dimensão dos grupos. Esta tem sido uma experiência muito enriquecedora, na medida em que verificamos que os alunos se sentem mais valorizados, têm mais facilidade em participar e demonstram muito interesse e entusiasmo pela participação de voluntários da comunidade nesta dinâmica.

Na articulação com outras áreas do saber, temos desenvolvido algumas atividades entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo em trabalho de projeto, partindo sobretudo das ciências experimentais para envolver depois a matemática. Com estes dois níveis de educação e ensino esta articulação torna-se mais simples, por via da monodocência e da natural interdisciplinaridade dos currículos. Também temos utilizado tempos de estudo autónomo, momentos em que os alunos decidem, com base num plano de trabalho individual proveniente de um autodiagnóstico, quais os conteúdos que necessitam ser revistos e/ou aprofundados. Para finalizar, temos muitos momentos de trabalho conjunto, a pares e em pequeno grupo, com alunos de diferentes anos de escolaridade em que partilham conhecimentos, capacidades e competências, estratégia que ajuda na consolidação e aprofundamento.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que o caminho que temos trilhado é seguramente um dos caminhos possíveis na resposta que a escola pode dar às solicitações da sociedade atual, atribuindo significado às aprendizagens e tornando os alunos atores fundamentais do seu percurso formativo. A constituição de uma comunidade de aprendizagem, envolvendo um leque mais vasto de recursos físicos e humanos é também outra das nossas prioridades. Refletindo sempre sobre o que é mais adequado e reformulando sempre que é necessário.

**FERNANDO EMÍDIO**

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE